

Título original:  
*Salazar, o Estado Novo e os Media*

© José Luís Garcia, Tânia Alves, Yves Leonard e Edições 70, 2017

Revisão: Inês Costa

Capa: FBA  
Na capa: Conferência do Dr. Oliveira Salazar no Secretariado da Propaganda Nacional, 1934  
(ANTT/PT/TT/EPIS/SF/001-001/0028/00661)

Depósito Legal n.º 426714/17

**Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação**

GARCIA, José Luís, e outros

Salazar, o Estado Novo e os media / José Luis Garcia, Tânia Alves, Yves  
Léonard. - (Extra-coleção)  
ISBN 978-972-44-1977-0

I - ALVES, Tânia

II - LÉONARD, Yves

CDU 94(469)\*1934/1974\*(042)

Paginação:  
João Jegundo

Impressão e acabamento:  
Pentaedro, Lda.  
para  
EDIÇÕES 70  
Maio de 2017

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa  
por Edições 70

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.  
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, 11 – 3.º C - 1900-221 Lisboa / Portugal  
e-mail: geral@edicoes70.pt

[www.edicoes70.pt](http://www.edicoes70.pt)

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,  
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,  
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.  
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível  
de procedimento judicial.

# **SALAZAR, O ESTADO NOVO E OS MEDIA**

José Luís Garcia  
Tânia Alves  
Yves Léonard  
(coord.)

**70**

## ÍNDICE

<b>Salazar, o Estado Novo e os <i>media</i>:</b> introdução a uma nova agenda de investigação JOSÉ LUÍS GARCIA, TÂNIA ALVES, YVES LÉONARD .....	9
<b>Capítulo 1.</b> A Informação da Arcada e o processo de indução noticiosa preconizado por António Ferro VASCO RIBEIRO .....	25
<b>Capítulo 2.</b> A política radiofónica do Estado Novo (1933–1945) NELSON RIBEIRO .....	49
<b>Capítulo 3.</b> A censura no Estado Novo: o caso da imprensa de província (1936–1945) JOAQUIM CARDOSO GOMES.....	69
<b>Capítulo 4.</b> Salazar contra o «Terror Vermelho»: a imprensa portuguesa e o corte das relações diplomáticas com Espanha em 1936 ALBERTO PENA-RODRÍGUEZ .....	101
<b>Capítulo 5.</b> O cerco da guerra: propaganda, diplomacia e política de informação do Estado Novo (1940–1942) JÚLIA LEITÃO DE BARROS.....	127
<b>Capítulo 6.</b> O «Espetáculo do Sigilo»: as imagens, a PIDE e o Tarrafal JACINTO GODINHO .....	149

<b>Capítulo 7.</b> Salazar, visto de fora: «Viver habitualmente?» Salazar e os <i>media</i> franceses YVES LÉONARD .....	173
<b>Capítulo 8.</b> A construção da imagem do «Chefe» no <i>Notícias Ilustrado</i> FILOMENA SERRA e EDUARDO CINTRA TORRES .....	201
<b>Capítulo 9.</b> Salazar em <i>A Batalha</i> e em <i>O Avante</i> (1933–1968) JOSÉ NUNO MATOS.....	235
<b>Capítulo 10.</b> <i>O Intransigente</i> : a imprensa de Angola e a durabilidade do Estado Novo ISADORA DE ATAÍDE FONSECA.....	263
<b>Capítulo 11.</b> «Para Angola, rapidamente e em força»: a mobilização para a guerra na imprensa portuguesa e o seu debate internacional TÂNIA ALVES e JOSÉ LUÍS GARCIA .....	283
<b>Capítulo 12.</b> Salazar, o regime e a televisão: para uma arqueologia da «invisibilidade» televisiva do ditador FRANCISCO RUI CÁDIMA .....	327
<b>Capítulo 13.</b> A ditadura censura o ditador: a entrevista silenciada de Salazar ao <i>L'Aurore</i> no verão de 1969 JOÃO FIGUEIRA.....	347
<b>Capítulo 14.</b> A «queda» de Salazar: a doença e morte do ditador na imprensa portuguesa HELENA LIMA.....	363
<b>Capítulo 15.</b> Breves considerações sobre o Estado Novo de Salazar e os <i>media</i> JOSÉ TENGARRINHA.....	381

## Salazar, o Estado Novo e os *media*: introdução a uma nova agenda de investigação

JOSÉ LUÍS GARCIA

*Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*

TÂNIA ALVES

*Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*

YVES LÉONARD

*Sciences Po — Paris*

Na investigação que se tem concentrado no estudo do regime de Salazar, campo em que a presente obra se pode inscrever, verifica-se que o universo dos *media*, assim como o aparelho de censura e a propaganda em vigor nesse período, tem vindo a atrair cada vez mais a atenção dos historiadores e dos cientistas sociais. Vários trabalhos têm colocado o foco de análise no que pode ser cunhado, de modo muito geral, de formas de produção cultural do Estado Novo. Tal conjunto de trabalhos exprime uma propensão recente para reconhecer a relevância dos meios de comunicação e das dinâmicas informativas enquanto esfera fundamental para a análise histórica, sociológica e política do Estado Novo. <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Ver neste âmbito TENGARRINHA, José, *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2006; TORGAL, Luís R., *História e Ideologia*,

Ainda assim, a abordagem aos *media* tem assentado, em larga medida, num enquadramento epistemológico que redundava numa efetiva secundarização do seu papel, quando analisado no quadro da escrita da história deste período e nas considerações do processo político. Apesar de estarem crescentemente presentes como unidade de estudo, os *media* continuam a ser largamente percebidos como uma problemática relativamente subalterna face a outras, a que se atribui primazia, como a dimensão coerciva do Estado, o jogo entre as potências internacionais, o aspeto económico, ou a organização corporativa da sociedade. Importa assinalar que a historiografia, a par de uma cronologia de factos e acontecimentos, tem também indagado o chamado domínio da ideologia, na tentativa de descobrir as grandes linhas de orientação do regime e as influências e origens do pensamento do seu principal mentor, Salazar. Mas em todas estas possíveis frentes de estudo, os *media* tendem repetidamente a ser

---

Coimbra, Minerva História, 1989; Ó, Jorge R. do, *O Lugar de Salazar — Estudo e Antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990; MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001; FRANCO, Graça, *A Censura à Imprensa (1820–1974)*, Lisboa, INCM — Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993; CARDOSO, Joaquim G., *Os Militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926–1945)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006; GARCIA, José L., «Sobre a censura em Portugal», in *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses — Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009; SOBREIRA, Rosa M., *Os Jornalistas Portugueses: 1933–1974: uma Profissão em Construção*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003; GEORGE, João P., *O Meio Literário Português (1960–1998). Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos*, Lisboa, Difel, 2002; TRINDADE, Luís, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a Literatura e a Política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008; ALMEIDA, Graça, *Breve História da Censura Literária em Portugal*, Biblioteca Breve, vol. 54, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980; AZEVEDO, Cândido de, *A Censura de Salazar e Marcello Caetano*, Lisboa, Caminho, 1999; BASTOS, José T. da Silva, *História da Censura Intelectual. Ensaio sobre a Compreensão do Pensamento Português*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926; CARVALHO, Alberto A., *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Seara Nova, 1973; PIÇARRA, Maria C., *Salazar vai ao Cinema. A Política do Espírito no Jornal Português*, Lisboa, DrellaDesign, Lda, 2011.

circunscritos a duas formas básicas, que reduzem o alcance do seu papel na interpretação da história do Estado Novo.

Por um lado, os *media* são sobremaneira confinados à condição de mera fonte de informação, espécie de vestígio a que a historiografia recorre, entre várias outras fontes documentais, para aceder essencialmente aos conteúdos informativos aí veiculados. Poder-se-ia, quanto a esta hipótese de uso, falar da adoção dos *media* enquanto método de leitura da história. Mas, mesmo nestes casos, pressente-se uma certa reserva na citação dos meios de comunicação destinados ao grande público. Na busca da reconstituição dos acontecimentos, duvida-se não raro da validade e rejeita-se a suficiência de recorrer a uma fonte inexoravelmente truncada pela falha da desinformação, da distorção, da propaganda e da mentira. Mas os cuidados necessários e a atenção crítica a ter na consideração do conteúdo dos meios de informação não podem fazer esquecer que o decurso da história moderna e contemporânea é tudo menos impermeável a um enredo entre as comunicações, a sociedade e o poder político.

Por outro lado, os *media* são com frequência tomados como uma derivação ou consequência das condições políticas determinadas, neste caso, pelo Estado Novo. Nesta segunda forma de entendimento, além de serem parte da opção metodológica do investigador, os *media* seriam já objeto de estudo *per se*, embora considerados como reflexo da envolvente política. Todavia, justamente por isso, eles teriam a validade que decorre da circunstância de encerrarem em si a potencialidade do estudo da política que neles se repercutiria. Nestes trabalhos de investigação, de tipo sociopolítico, veem-se despojados de uma autonomia ou de um relevo suficientemente forte para ocupar um papel saliente no processo de interpretação da história política do regime. Os *media*, de acordo com este enquadramento concetual, seriam um sistema de relações complementares do poder político, depois plasmado nas práticas de difusão da informação. Este aparelho exerceria um efeito de legitimação e seria pensado na sua função de vigilância, de integração e reprodução da ordem social existente, e de transmissão da herança cultural. Dito por outras palavras,

segundo esta conceção, as relações de dominação que marcam o Estado Novo deveriam poder ser explicadas por um sistema totalmente instrumentalizado e funcionando ele próprio como componente do aparelho de Estado.

Afirmar que toda a historiografia é suscetível de ser abarcada sob a tendência anteriormente indicada seria sem dúvida equivocado, já que deixaria de parte estudos recentes que se dispõem a colocar a tónica em dinâmicas diametralmente opostas, as de resistência e de mudança, negando o estatuto meramente passivo dos *media* e reconhecendo-lhes uma importância no processo político e no desenvolvimento das relações internacionais. <sup>(2)</sup> O trabalho que aqui se apresenta não refuta a validade dos contributos de uma e de outra tendência que perpassa a historiografia e a sociologia histórica portuguesa centrada na análise do Estado Novo. Sem dúvida, não pode ser deixado de parte o reconhecimento dos condicionamentos políticos e ideológicos que cercearam a liberdade dos meios de comunicação, restringindo-os a relações de clientelismo e colaboração com as estruturas dominantes do regime. Do mesmo modo, é relevante que os estudos neste âmbito não percam de vista as diferentes identidades ou perfis entre os *media*, ou entre práticas concretas de jornalismo, em certos órgãos de informação e em determinados períodos, dando atenção à particularidade de cada meio que, tendo ele mesmo a sua própria história e uma orientação que devem ser diferenciadas dos

<sup>(2)</sup> GONÇALVES, Orlando C. A., «O agir jornalístico face à censura, o caso do Notícias da Amadora», tese de doutoramento, ISCTE, 2012; BARROS, Júlia L. de, «O cerco ideológico do Estado Novo à imprensa de “província”», in *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, n.º 5/6, julho 2011; BARROS, Júlia L. de, «Anglofilia e Germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial», in CARRILHO, Maria (Org.), *Portugal na Segunda Guerra Mundial: Contributos para uma Reavaliação*, Lisboa, Dom Quixote, 1989, pp. 91–136; BARROS, Júlia L. de, «O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo (1900–1907)», tese de doutoramento, FCSH, 2014; RIBEIRO, Nelson, *Salazar e a BBC na II Guerra Mundial: Informação e propaganda*, Coimbra, Almedina, 2014; OLIVEIRA, Pedro Aires, *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945–1975*, Lisboa, Tinta da China, 2007.

demais, lidou de forma distinta com o advento da ditadura. Alguns deles resistiram e lutaram contra o regime, de uma forma mais ou menos declarada. Mas entre um extremo e o outro, entre um entendimento que conflui na atribuição de um poder, dir-se-ia, onisciente aos *media*, em articulação com a sua cumplicidade face à estrutura política, e a tendência oposta que relativiza tal poder e põe em causa a amplitude da sua eficácia, há uma certa familiaridade nos termos em que se compreende a importância dos *media*; esta convergência pode ser subsumida na noção comum da possibilidade de manipulação que o processo de difusão das mensagens acarretaria.

Ora, uma rutura deste entendimento, que se afigura estanque e redutor dos *media* e do sistema social em geral, pressupõe necessariamente uma nova aproximação epistemológica. Os traços que foram passados, de forma inevitavelmente breve, em revista, negligenciam muitas outras dimensões que, a serem consideradas, abririam a via a uma perceção radicalmente distinta do fenómeno informacional — e comunicacional — no regime do Estado Novo, que nesta obra interessa. Se toda a sociedade humana é gerada e atravessada por processos sociais de comunicação, justifica-se então examinar o papel dos *media*, pois estes no mundo moderno desenvolveram-se enquanto produtores destacados da realidade simbólica e cultural. Certamente, não se pode negligenciar os contextos sociais, económicos e políticos que envolvem os *media*, mas tais contextos são também moldados pelo universo da comunicação de massas. A realidade simbólica não se explica apenas pelas suas raízes sociais (e psicossociais), não é um reflexo objetivo da realidade externa, antes é uma expressão duma realidade própria que aponta para o mundo da cultura, sendo este parcialmente constitutivo da sociedade e o âmbito de onde pode surgir o significado dos símbolos. Quer isto dizer que os processos de comunicação não devem ser considerados simples nexos funcionais do mundo social, aceção própria de uma conceção mecanicista, podendo ao invés serem perspectivados na sua dinâmica de criação, manutenção e alteração simbólica e cultural da sociedade. No mesmo sentido, para o campo político é também necessário pensar os processos de



comunicação como sendo muito mais do que meros elos operantes do sistema político, caso se pretenda não prescindir de observar ou valorizar o que fica de fora desse quadro estreito.

Um encontro entre os contributos da História e das Ciências Sociais que se dedicam à comunicação e ao jornalismo pode revelar-se um trabalho enriquecedor, dando, a partir do conhecimento de outras correntes de investigação que emergiram ao longo do século XX, novas alternativas para pensar os *media* e, por conseguinte, para problematizar a relação do regime de Salazar com os *media*. A abertura ou a renovação das problemáticas do estudo dos *media* permite complexificar esta equação — Salazar, o Estado Novo e os *Media* — que tem prevalecido demasiado simplificada pela sua redução a um modelo linear, mecanicista e determinista. Entre os estudos do Estado Novo que adotam os meios de comunicação como objeto, identificam-se como principais limitações o predomínio de um modelo de transmissão unidirecional na abordagem a esta relação — modelo de transporte, ou da comunicação transmissiva, de Salazar para os *media* e dos *media* para as massas — e a confusão que tem prevalecido entre *media* e informação, ou, mais exatamente, a primazia conferida à informação resultando num apagamento total do meio. Grosso modo, nem o tipo do suporte de transmissão, o fator técnico, nem o contexto social mais amplo, no qual se produzem os atos de comunicação, são tomados em consideração, enquanto à entidade emissora, aos *media*, é atribuída uma intencionalidade que os julga, logo à partida, como parte e cúmplices do regime. Tal enviesamento, que tende a ignorar toda uma tradição de pensamento crítico sobre a dimensão sociotécnica, que concebe os *media* não apenas como instituições ou empresas de informação mas como sistemas tecnológicos que influem poderosamente nas formas simbólicas e culturais <sup>(3)</sup>, pode também ajudar a compreender a carência de estudos de cariz

<sup>(3)</sup> Um exemplo destacado desta perspetiva encontra-se em INNIS, Harold, *Empire and Communications*, Oxford, Clarendon Press, 1950; *The Bias of Communication*, Toronto, University of Toronto Press, 1951. A este respeito ver ainda GARCIA, José L., «Introdução ao estudo dos jornalistas portugueses», in

hermenêutico, voltados para o processo de construção dos significados das mensagens transmitidas.

Faz assim todo o sentido propor uma renovação à epistemologia dos *media*. Para além dos seus aspetos políticos, vendo neles uma peça-chave na formação e no controlo das opiniões, das atitudes, dos quadros cognitivos, sugere-se também um olhar a partir do ângulo inverso, o das potencialidades comunicacionais da política. Esta argumentação adquire acrescida plausibilidade se se reconhecer que a política não pode ser circunscrita ao seu elemento institucional, isto é, ao Estado e ao «regime», o que é ainda mais adequado afirmar num período histórico de ascensão e estabelecimento da noção de «soberania popular», para além de todas as suas contingências quanto à sua verdadeira concretização. Essa condição implicou configurações novas e intrincadas de trocas materiais e simbólicas que se tornaram mais relevantes e elevadas em sociedades em que, nos termos do sociólogo francês Georges Balandier <sup>(4)</sup>, a representação do poder passou a estar muito submetida à representação feita pelos *media* modernos. Eles são assim concebidos como uma esfera que vem alterar amplamente a lógica da política e condicionar os políticos a um novo tipo de comunicação e de relação com o coletivo social. Não será exagerado supor que, para Salazar, uma sociedade sem *mass media* seria certamente preferível a uma sociedade submersa nos *mass media*. Diferentemente do que se verificava nas experiências totalitárias italiana e alemã, onde os *media* eram celebrados e entusiasticamente usados para a galvanização das massas, para Salazar, longe de serem uma benesse no processo de condução política do povo, seriam um estorvo ou um embaraço, que urgia controlar para suprir os seus supostos efeitos nefastos.

Salazar, e mais ainda António Ferro, bem consciente da importância de forjar uma personagem para encarnar o «chefe» — todos

*Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pp. 38-41.

<sup>(4)</sup> Ver BALANDIER, Georges, *Le Pouvoir sur Scènes*, Paris, Éditions Balland, 1992.

os grandes condutores de homens, de César a Napoleão, não serão eles atores perante um público? —, procurou mais convencer pela razão, pela astúcia ou pela força do que seduzir. Como se convencer e seduzir fossem intrinsecamente antagónicos, como se, na lógica do «espírito acima de tudo», convencer pudesse engrandecer a política enquanto seduzir a tornaria vil, na esteira do catolicismo, que considerava tradicionalmente que seduzir era enganar, abusar e fazer induzir em erro. Contrariamente a esses «ditadores hipnóticos» da era dos fascismos, Salazar não galvanizou as multidões a partir da tribuna, onde não gostava nem de improvisar nem de lidar com o humor. A sua voz é pouco poderosa, como que nasalada. Ele não sabia arrebatá-lo em público, nem representar com gesticulações teatrais — que detestava. Falar à razão, mais do que lidar com as emoções: singular ditador na era dos fascismos e ditador anacrónico na era da rádio e da televisão. Como, de forma duradoura, convencer e ganhar a fidelidade do povo sem seduzir? Pela escrita, imagem impressa e *tête-à-tête*, mais do que pela palavra, imagem gravada e púlpito, sem fazer sonhar, sem ceder à modernidade nem exercer um charme irresistível. Com uma subtil alquimia para forjar essa personagem simultaneamente «invisível» e distante — esta distância que convém aos chefes celestes colocados acima dos mortais —, glacial e formal, mas ao mesmo tempo de uma proximidade rural, a de um desenraizado na cidade e do camponês humanizado de Santa Comba Dão, das *Vacances avec Salazar* popularizadas nos anos 1950 por uma jornalista francesa, com a cumplicidade dos *media* estrangeiros e portugueses.

A desconfiança visceral de Salazar face aos *media* aparenta ser indício do reconhecimento de um seu valor intrínseco, que, pelo contrário, tem sido demasiado descurado pela historiografia na sua abordagem ao fenómeno mediático. A sua apreensão com estes e a obsessão em fiscalizar o que veiculavam, dentro e fora do país, tornam-se mais compreensíveis sob um ponto de vista que admite a autonomia dos meios de comunicação enquanto sistemas tecnológicos e o poder de um dos seus produtos informativos, o

jornalismo, na configuração social e no condicionamento do exercício da política. Esta visão centralizada do exercício do poder, gerada pela desconfiança profunda de Salazar para com os *media*, traduz-se também na repressão da heterodoxia das práticas da escrita, da leitura e da imagem, e, ao mesmo tempo, na promoção — tanto no estrangeiro como em Portugal — de uma produção de livros, artigos de imprensa e emissões radiofónicas e televisivas, desde que partilhassem dos princípios oficiais do regime. Considerados como «meio, utensílio ou sistema de organização permitindo a difusão massiva ou a comunicação pública de uma informação», segundo a definição proposta pelos historiadores Fabrice d'Almeida e Christian Delporte<sup>(5)</sup>, os *media* afirmam-se como autênticos objetos de observação, suportes de uma história cujo campo de ação, sendo recente, se afirma particularmente fértil para estudar e compreender Salazar e o Estado Novo. Trata-se de uma história «entre terreno ganho e terra prometida», para citar Jean-Noël Jeanneney, historiador pioneiro dos *media* em França.

Estudos sobre a propaganda, a censura, as interações entre *media* e regime político têm, como já foi referido, vindo a proliferar, tendo conquistado algum espaço no campo dos estudos sobre o Estado Novo. Trata-se, assim, de romper com a secundarização a que têm sido votados os *media*, preteridos ao papel de fonte ou testemunho, conferindo-lhes um lugar de relevo na reflexão sobre o regime de Salazar. Propõe-se abrir decisivamente o estudo do Estado Novo ao tópico dos *media*, do jornalismo e da cultura, outorgando-lhes um valor de primeiro plano. Seria um equívoco condensar a orientação do regime em matéria de informação à estrutura da censura e da propaganda e à retórica da invisibilidade, que, para mais, reificam o modelo transmissivo linear que se propõe nesta obra superar. O rompimento do postulado da unilateralidade da comunicação no regime de Salazar traduz-se na proposição de novos campos de investigação

(5) D'ALMEIDA, Fabrice e DELPORTE, Christian, *Histoire des Médias en France, de la Grande Guerre à nos Jours*, Paris, Flammarion, 2003.

que importa pôr em marcha. Há, pois, que ter em consideração não apenas os conteúdos noticiosos propriamente ditos e os sistemas de controlo sobre os mesmos, mas abranger igualmente o exame das agendas, do jornalismo como ator político, das práticas jornalísticas, da iconografia, da construção de correntes de opinião, o estudo de acontecimentos mediáticos e do processo de fabricação das notícias — o *newsmaking* —, entre outros.

Entende-se que a política conservadora, antiliberal e antidemocrática do Estado Novo encontra nos meios de comunicação e nas estruturas repressivas que lhe foram subjacentes um importante ângulo de análise. Seguindo esta linha de raciocínio, a partir do estudo dos *media*, considera-se ser possível aceder ao imaginário arquitetado pelo regime em torno de projetos tão estruturantes quanto a exaltação do nacionalismo, a construção de uma determinada imagem de Portugal, desse chamado «Viver habitualmente» glorificado pelo próprio Salazar e indissociável da exaltação dos valores tradicionalistas petrificados na tríade «Deus, Pátria, Família», ou a edificação e manutenção do Império Colonial Português. Mas há também que chamar a atenção para a perspetiva dos meios de comunicação dirigidos ao grande público enquanto atores políticos e não como uma força meramente passiva ou instrumentalizada pelo regime. É preciso incluir nesta equação a importância dos jornalistas que participaram, de forma diferenciada, na construção da informação, sempre condicionada pelo regime, mas procurando formas astuciosas de resistir a esses enquadramentos oficiais. Os meios de comunicação, e os jornalistas, revelam-se assim não apenas instrumentos de que se serviu o regime, mas também atores de influência; nalguns casos certamente muito convenientes, noutros, porém, altamente problemáticos com que o regime teve de lidar. É necessário refletir sobre os condicionamentos, mas também sobre as lutas nos *media* e dos *media*, as resistências e as ideologias, constantes ou contrastantes às do regime. Pretende-se reunir elementos para pensar a figura de Salazar a partir do prisma dos *media*, das suas estruturas, dos seus conteúdos informativos e das suas formas de atuação.

A conciliação desta conceptualização, herdada do campo da sociologia da comunicação, com a corrente dos estudos da História encontra-se ancorada na noção de que as lutas pelas agendas, a propaganda, as desinformações, as retóricas, as imagens e o estudo dos acontecimentos mediáticos — a que recorrentemente se tem imputado o carácter lacunar, uma deficiência que os invalida para a consideração nos estudos historiográficos — são, ao invés, e em si mesmos, fenómenos históricos e não apenas fontes dos fenómenos históricos. A relação entre a História e os *media* potencia uma série de novos questionamentos e revela um terreno fértil à investigação nas Ciências Sociais, tanto mais frutífera quanto se conseguir superar a conceção que assimila os conteúdos, as crenças e os imaginários veiculados nos *media* ao plano das representações, assim reduzidos a uma função de porta-voz, para passar a integrá-los num estudo das formas e estruturações pelas quais se constrói e transita a narrativa da História. A História não pode ignorar a relevância dos *media* como construtores da realidade, como constituintes e entidades comprometidas com o processo político, social e cultural, uma perceção que justifica o que aqui se propõe fazer: tomar os *media* como bússola na interpretação de uma história possível do Estado Novo.

\* \* \*

O livro agora organizado apresenta-se como um contributo para investigadores e estudantes de História, Ciências Sociais, Ciências da Comunicação e Estudos dos *Media* e ainda para todos os interessados numa abordagem ao Estado Novo e a Salazar. A constatação do desenvolvimento de um conjunto vasto de trabalhos, nacionais e estrangeiros, que se têm dedicado às interseções entre o Estado Novo e os *Media* e o intuito de redirecionar a pesquisa neste âmbito estiveram subjacentes à realização da conferência «Salazar e os *media*. Os *media* e Salazar», coordenada por dois dos autores organizadores desta obra, José Luís Garcia e Tânia Alves, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em outubro de 2015. O presente



livro é o resultado da seleção, realizada pelos três coordenadores do volume, de alguns dos textos apresentados nessa conferência, que veio confirmar a existência de uma tendência suficientemente robusta de investigações para emprestar aos *media* uma centralidade inédita. Foram agrupados os trabalhos que permitiam cobrir um leque relativamente abrangente de meios de comunicação — imprensa, rádio, televisão — e que ofereciam uma visão diacrónica do regime, estendendo-se, portanto, entre a década de 1930 e o final da década de 1960.

Em vários dos artigos compilados, debatem-se alguns dos núcleos temáticos estruturantes do campo de estudos da comunicação, como a censura e a propaganda — sem dúvida, dois eixos maiúsculos que, como já se realçou, têm originado um conjunto abundante de ensaios —, todavia abrangendo igualmente outros modos de constrangimento da informação com que o regime limitou as possibilidades de expressão e de divulgação nos *media*. O primeiro texto, assinado por Vasco Ribeiro, dá a conhecer um gabinete de imprensa criado ainda durante a Monarquia Constitucional, fortemente institucionalizado na I República e profissionalizado com o Estado Novo, apelidado Informação da Arcada, que funcionou como peça basilar no processo de produção ou, para usar os termos do autor, de indução de notícias no período da governação de Salazar.

O núcleo de artigos que se segue analisa os processos de vigilância e orientação da informação e dos diversos meios de comunicação durante a primeira década de existência do regime, abarcando o período da II Guerra Mundial. Nelson Ribeiro discute a política radiofónica de Salazar nesses primeiros dez anos de chefia do governo e examina os instrumentos utilizados para controlar a rádio portuguesa bem como a BBC, a emissora estrangeira com maior popularidade em Portugal. O trabalho de Joaquim Cardoso Gomes dá especial relevo à relação do regime com a imprensa de província, questionando a viabilidade de um Decreto-Lei aprovado em 1936, com a Guerra Civil espanhola e a II Guerra Mundial como pano de fundo, que determinava a criação de um jornal da Situação em cada concelho

do país, num processo de concertação entre a censura preventiva e a propaganda. Alberto Pena descreve e analisa a estratégia de Salazar e o papel propagandístico da imprensa portuguesa no período imediatamente anterior e posterior ao corte das relações diplomáticas com o governo espanhol da II República, pouco depois do início da Guerra Civil espanhola. O estudo desenvolvido por Júlia Leitão de Barros traz novos elementos para pensar a importância estratégica da propaganda durante a II Guerra Mundial, verificando como ela foi utilizada enquanto variante da atividade diplomática dos países beligerantes em Portugal, que dizia manter um estatuto de neutralidade, e como forma de pressão sobre governos neutrais, num período particularmente intenso da luta no campo da propaganda entre 1940 e 1942.

Cobrindo um âmbito temporal mais amplo, vários outros textos apresentados nesta sequência contribuem para uma perceção do regime do Estado Novo a partir da centralidade do dispositivo da violência, do medo e da vigilância sobre as formas de produção simbólicas, mas também pela construção de uma imagem do regime, e de Salazar em particular, forjada e difundida na imprensa portuguesa e na estrangeira. Numa investigação que sugere uma quebra do «salazarcentrismo» e destaca a polícia política como núcleo fundamental do regime, Jacinto Godinho singulariza o método de disseminação de medo e terror na população, sintetizado na fórmula do «espetáculo do sigilo», como o sustentáculo primordial do regime, articulando-o com uma estratégia de ocultação de todos os vestígios imagéticos das atividades da oposição ou das penas que lhes eram sentenciadas, como o demonstra a ausência de imagens do campo do Tarrafal. A partir da imprensa francesa e sustentando-se também em testemunhos escritos de figuras eminentes do meio intelectual francês, Yves Léonard analisa como é que, em toda a extensão temporal do regime, Salazar foi «visto de fora». O historiador francês traça um percurso nesse longo período que permite destrinçar momentos distintos na construção da imagem de Salazar, desde um estágio de humanização e sublimação até uma fase de «claro-obsuro» que vem

pôr em evidência um outro lado do regime e a degradação da personagem de Salazar. Entre a imprensa portuguesa, o *Notícias Ilustrado*, suplemento semanal do *Diário de Notícias* (1928–1935), é eleito por Filomena Serra e Eduardo Cintra Torres como principal contributo para a fabricação visual de Salazar como líder incontestado do Estado Novo. Procedendo a um levantamento e análise das fotografias de Salazar nas páginas deste suplemento, os autores constatarem que estas acompanham as etapas do seu percurso político e da projeção de uma imagem que quis dar de si mesmo nos primeiros anos de estabelecimento do regime. Por sua vez, José Nuno Matos investiga a representação de Salazar nos jornais *A Batalha* e *O Avante*, ambos porta-vozes do movimento operário organizado, no período compreendido entre 1933, ano da implantação constitucional do Estado Novo, e 1968, último ano de governo de Salazar. Alargando o espectro do estudo à imprensa colonial, Isadora Ataíde observa o jornal *O Intransigente*, publicado na cidade de Benguela entre 1932–1962, e toma-o como exemplo demonstrativo de que também a imprensa angolana, mesmo aquela que tinha começado por resistir ao golpe militar, acabou por se alinhar ao regime, vindo a revelar-se decisiva no apoio ao governo e ao seu líder.

Os dois textos seguintes centram-se na segunda metade dos anos 1950 e no início da década de 1960. Tomando como ponto de partida o discurso proferido por Salazar em abril de 1961, no qual determina o envio de forças militares para Angola, Tânia Alves e José Luís Garcia analisam como foi noticiada, na imprensa portuguesa, a assunção pública da deflagração da guerra em Angola e acionada a sua subsequente propaganda de mobilização. Os discursos publicados nos jornais de Lisboa são comparados com as informações e linguagens difundidas nas imprensas britânica e francesa. O artigo assinado por Francisco Rui Cádima propõe uma reflexão geral sobre as características fundamentais do modelo de dominação política e simbólica exercida pelo governo de Salazar na sua relação com a televisão.

O foco dos últimos textos está dirigido para a cobertura da fase final, política e de vida, de Salazar, tal como relatada nos jornais.

João Figueira explora o episódio da censura na imprensa portuguesa à entrevista de Salazar ao diário francês *L'Aurore*, em setembro de 1969, quando o velho ditador tinha já sido substituído no cargo de presidente do Conselho por Marcello Caetano, embora mantivesse a ilusão contrária de ainda permanecer no poder. E Helena Lima revisita o tratamento discursivo, pelos principais diários de Lisboa e do Porto, dos últimos meses de vida de Salazar, dando particular ênfase à publicitação dos boletins clínicos sobre o seu estado de saúde e ao anúncio da sua morte. Em jeito de fecho da obra, José Tengarrinha traça sucintamente as diferentes modalidades em que pode ser sintetizada, ao longo da vigência do Estado Novo, a relação do regime com a imprensa. <sup>(6)</sup>

O conjunto de textos que aqui se reúne procura uma nova perspectiva ao universo dos *media* no regime liderado por Salazar. A reunião destes trabalhos afigurava-se uma tarefa premente para possibilitar uma visão mais abrangente capaz de facultar elementos para pensar a orientação do regime face à informação e aos *media* e, eventualmente, a partir daí, obter novas pistas para refletir sobre a própria natureza política do regime. Esta nova abordagem assume um valor heurístico, ao explorar dimensões que não têm sido consideradas, e um valor teórico, já que a importância dos *media* está validada conceptualmente, numa ampla gama de propostas de pensamento de correntes das Ciências Sociais e das Ciências da Comunicação, descobrindo-se uma abundância de material empírico que continua a invocar a necessidade de um trabalho aprofundado.

<sup>(6)</sup> As traduções do original em castelhano do capítulo 4 e da versão francesa do capítulo 7 foram realizadas por José Marmeleira; as das citações em língua estrangeira são da responsabilidade dos autores de cada artigo.